

Livres

O governo dos Estados Unidos anunciou ontem, que retirou punições impostas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e à esposa dele, por meio da Lei Magnitsky. A empresa da família do magistrado também foi livrada de punições.

Gratidão

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, se dirigiu ao presidente Lula para agradecer pelo “empenho” do petista para a revogação das sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos contra ele e sua mulher. *“Em meu nome e em nome da minha esposa, quero agradecer o empenho do presidente Lula. A verdade venceu hoje. O presidente se recorda que logo em julho ou agosto quando o Supremo se reuniu na presidência para tratar das sanções eu pedi que o presidente não tomasse nenhuma medida contra isso. Porque eu acreditava que a verdade, no momento que chegasse às autoridades americanas, prevaleceria. Com o empenho do presidente a verdade prevaleceu”,* afirmou Moraes durante evento em Osasco, na Grande São Paulo.

Sentiu

O deputado federal Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos, acusado de tramar contra autoridades brasileiras, comentou poucos minutos depois da divulgação da notícia, meio que em tom de luto: *“Recebemos com pesar a notícia da mais recente decisão anunciada pelo governo americano. Somos gratos pelo apoio que o*

presidente Trump demonstrou ao longo dessa trajetória e pela atenção que dedicou à grave crise de liberdades que assola o Brasil”, diz um trecho da nota.

E agora?

E agora me pergunto se Eduardo Bolsonaro vai continuar morando nos Estados Unidos, visto que, aparentemente, pouco ou nada restou para ele fazer lá. As autoridades americanas não o ouvem mais e, não demora, seu mandato de deputado no Brasil será cassado. Se não poderá mais ‘lutar pelo país’, qual seria o motivo de ele continuar lá?

Operação

A Polícia Federal realizou ontem, em Brasília, uma operação para investigar desvios na destinação de recursos públicos por meio de emendas parlamentares. Chamada de Operação Transparência, a ação cumpriu dois mandados de busca e apreensão expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização do ministro Flávio Dino. Mariângela Fialek, ex-assessora do deputado Arthur Lira, é um dos alvos da ação policial. Atualmente, Mariângela está lotada como servidora da liderança do PP, mas sempre atuou como braço direito de Lira, principalmente à época em que ele era presidente da Câmara dos Deputados. A servidora, conhecida como **Tuca**, era quem executava as emendas que ficaram conhecidas como “orçamento secreto”.

